

1 Aos oito dias de agosto de dois mil e seis, às 15h30min, realizou-se em Curitiba, no Salão dos
2 Governadores do Palácio Iguazu a 66ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente,
3 sendo conduzida pelo seu Presidente Sr. Rasca Rodrigues, Secretário de Estado do Meio
4 Ambiente e Recursos Hídricos contanto com as presenças do Sr. Paulo Roberto Castella,
5 Secretário Executivo do CEMA e dos Conselheiros e Conselheiras: Sra. LAURA JESUS DE
6 MOURA E COSTA - Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental /CEDEA; ROSANA
7 VICENTE GNIPPER - Movimento SOS Bicho de Proteção Animal/SOS BICHO; RENATA
8 GARRETT PADILHA:-Instituto de Ecoturismo do Paraná; LAÍS BACILA:-Instituto de Fomento e
9 Ação Social; CELSO CARLOS MOREIRA:- Instituto de Fomento e Ação Social; ULISSES JOSÉ
10 LUCAS - SUDERHSA; FERNADO PILATI – Universidade Estadual de Ponta Grossa; ANA
11 CRISTINA GRECA:- Pontifícia Universidade Católica do Paraná; GISELI PETINELLE DA SILVA:-
12 Secretária Municipal do Meio Ambiente de São Jorge do Patrocínio; JOCELY LOYOLA:-
13 Companhia de Habitação do Paraná; JORGE GUERRA da Secretaria da Indústria, Comércio e
14 Assuntos do Mercosul; CÍCERO G. DE OLIVEIRA:- Secretaria do Estado da Ciência e Tecnologia e
15 Ensino Superior; HEITOR ANGELO S. FRANÇA - Secretaria do Planejamento e Coordenação
16 Geral; JAIRO CORRÊA DE ALMEIDA:- FETAEP; PAULO DE MACEDO:- FETAEP; MARÍLIA
17 TISSOT - Federação das Indústrias no Paraná; ROBERTO GAVA:- Federação das Indústrias no
18 Paraná; LUIZ ANSELMO TOURINHO - Federação da Agricultura do Estado do Paraná; VILSON
19 SCHON:— Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Sul; MARTINHO MANOEL DA
20 SILVA:- Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Sul; VERA GREMER:- Secretaria
21 Estadual da Saúde; ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, Procuradoria Geral do Estado; PAULO
22 ROBERTO NENEVÊ: - Organização de Proteção e Conservação Ambiental de São José dos
23 Pinhais/Caramuru. Verificada a existência de quorum, o Sr. Rasca Rodrigues, Secretário de Estado
24 do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do CEMA, deu início à reunião, saudou os
25 presentes e passou a palavra ao senhor Paulo Roberto Castella, com a leitura da pauta: posse dos
26 novos Conselheiros, assuntos de ordem geral e encerramento. O Sr. Castella realizou a leitura dos
27 nomes dos novos conselheiros: entidades não-governamentais, os membros titulares: APROMAC -
28 Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte; CARAMURU - Organização de Proteção e
29 Conservação Ambiental de São José dos Pinhais; CEDEA - Centro de Estudos, Defesa e
30 Educação Ambiental e a Liga Ambiental, ambas de Curitiba. Como membros suplentes das não-
31 governamentais: Instituto os Guardiões da Natureza sediada em Prudentópolis, Instituto de
32 Ecoturismo do Paraná com sede em Curitiba; Instituto de Fomento Ambiental e Social - IFAS,
33 sediado em Curitiba e S.O.S. Bicho - Movimento de Proteção Ambiental, também com sede em
34 Curitiba. Das entidades universitárias públicas e privadas, membro titular: Fernando Pilatti –
35 Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público e suplente o sr. Maurício
36 Moura. Das faculdades particulares: Jorge Augusto Callado da Faculdades Integradas Espírita, e a
37 sua suplência a Pontifícia Universidade Católica do Paraná por meio da Sra. Ana Cristina Seixas
38 Greca. Das categorias patronais como membro titular a Federação das Indústrias do Paraná
39 representada pelo Sr. Roberto Gava e sua suplência a Sra. Marília Tissot. Também das patronais a
40 Federação da Agricultura do Estado do Paraná representada como membro titular o Sr. João Luiz
41 Rodrigues Biscaia e seu suplente Sr. Luiz Anselmo Merlin Tourinho. Dos Trabalhadores temos
42 como membros titulares o Sr. Jairo Corrêa de Almeida da Federação dos Trabalhadores na
43 Agricultura e sua suplência Sr. Paulo de Macedo. Temos a Federação dos Trabalhadores na
44 Agricultura Familiar da Região Sul como titular o Sr. Martinho Manoel da Silva e sua suplência Sr.
45 Vilson Schon. Representando os municípios, a Secretária do Meio Ambiente a Sra. Gisele Petinelle
46 da Silva de São Jorge do Patrocínio como membro titular e a sua suplência o Sr. Antônio de
47 Andrade Duarte, Secretário do Meio Ambiente de Pérola. Noticiando que os membros natos são os
48 Secretários da Saúde; Agricultura e Abastecimento; da Educação; da Indústria, Comércio e
49 Assuntos do Mercosul; do Planejamento e Coordenação Geral; do Desenvolvimento Urbano e da
50 Ciência e Tecnologia; ainda o Instituto Ambiental do Paraná e a Superintendência de
51 Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. Também, como membro nato a

52 Procuradoria Geral do Estado, representada pelo Sr. Sérgio Botto de Lacerda e sua suplência a
53 Sra. Ana Cláudia Bento Graf. São estas entidades indicadas para o biênio 2006 – 2008 e seus
54 respectivos suplentes. O Sr. Rasca Rodrigues relatou que pretende estabelecer uma dinâmica no
55 Conselho Estadual de Meio Ambiente, com agendamento prévio, muito parecida com o CONAMA,
56 fortalecendo as Câmaras Técnicas, possibilitando debates dentro das mesmas e a possibilidade de
57 atrair técnicos para contribuir nas discussões, tanto nas reuniões ordinárias como nas
58 extraordinárias, quantas forem necessárias para aprimoramento das conclusões. O Sr. Rasca
59 Rodrigues esclareceu a necessidade da atualização das Câmaras Temáticas, com sistema de
60 dinâmica mais eficiente, eficaz e rápida. Também, apresentou e colocou em discussão a proposta
61 de lei de florestas plantadas. Os Conselheiros alegaram que não receberam em tempo hábil para
62 leitura e discussão com as suas instituições. O Sr. Rasca Rodrigues passou a comentar que a
63 proposta de lei retira algumas atribuições que hoje são do Instituto Ambiental do Paraná em relação
64 às florestas plantadas. Relatou o caso de uma pessoa que tem um reflorestamento de eucalipto na
65 sua propriedade, fora da área de preservação permanente, e utiliza a lenha no secador sem sair da
66 propriedade, sem fazer nenhum transporte e nós o estamos autuando porque não fez a informação
67 de corte sobre essa atividade para o aproveitamento do material em uso e gerado na própria
68 propriedade. Isso é um absurdo completo porque, tanto o eucalipto quanto o pinus, quanto
69 qualquer outra floresta plantada, assim como a soja, milho e feijão devem ter seu cultivo na forma
70 que tenham a liberdade de colher, de transitar e de comercializar sua produção. O que não pode é
71 ter a espécie exótica dentro das áreas onde a própria legislação impede que o tenha. Isso é mais
72 grave. Deve-se otimizar o quadro de funcionários do Instituto Ambiental do Paraná, usando-os para
73 impedir abusos ambientais e não para cercarem caminhões nas estradas e ver se estão transitando
74 com selo ou nota. Ainda, o Sr Rasca Rodrigues pondera que a Secretaria de Agricultura e
75 Abastecimento, deve fazer o fomento, a divulgação e buscar incentivos para plantar florestas junto
76 ao Governo do Estado, que não poderá ser o Instituto Ambiental do Paraná. Devendo ser discutida
77 a transferência desta atividade e realizar as alterações devidas na legislação, devemos ter o
78 controle da atividade da exótica nos planos locais ou regionais, encaminhados naquilo que
79 demandar a legislação ambiental do Estado e nesse aspecto o Instituto Ambiental do Paraná
80 passa a executar o controle e monitoramento. O Sr. Rasca Rodrigues relatou que houve uma
81 ampla discussão com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, SEMA, FIEP, e envolvendo
82 todos os agentes que têm alguma relação direta com esta atividade e ao final resultou em uma
83 minuta de projeto de lei, datada de 25 de julho, que foi trazida para debate nesta reunião, mas
84 entendo que fica prejudicado por não ter sido distribuída previamente aos conselheiros, propondo
85 marcar para próxima semana uma reunião extraordinária, no mesmo horário, estabelecendo este
86 item como pauta. A proposta foi amplamente aceita pelos presentes. O Sr. Rasca Rodrigues relata
87 o interesse de ver isso aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, onde os seus
88 membros têm a possibilidade de tomar ciência, discutir e de propor. Também, o Sr Rasca destaca
89 que esta é uma dinâmica do CONAMA a qual pretende adotar no CEMA, e que não há nenhum
90 impedimento, do ponto de vista do Governo, de colocar em discussão, pelo que será atendida a
91 necessidade da distribuição imediata da minuta do Projeto de Lei. A Sra. Laura Jesus de Moura e
92 Costa diz que era justamente um ponto que tinha anotado a ser destacado, em que declara não ter
93 lido a minuta, diz que conhece um pouco desta situação, mas é uma preocupação que tem e já
94 colocada em outras oportunidades. Declara que houve uma discussão no CEDEA e vários colegas
95 do movimento ambiental, também têm uma grande preocupação com a expansão da plantação de
96 pinus e eucalipto, pois é isto que se tem visto na prática, já relatado no Comitê de Bacia que os
97 pinus são invasores e há plantações em nascentes, há realização de terraplanagens em cima de
98 córrego, com a destruição de nascentes, não respeitando nada. Ainda, dessa questão da
99 administração pública, deve-se pensar no zoneamento do plantio de pinus e pensar numa política
100 de incentivo há outras espécies nativas. Cita a necessidade de criar mercado para as plantas
101 nativas, especialmente para no caso em estimular o plantio de araucária. O que tem ocorrido
102 atualmente é o total desestímulo do plantio de araucária. Diz que não é um problema de lei, é um

103 problema de cultura, de criar cultura de espécies nativas. Ainda cita que é uma questão seriíssima
104 como política ambiental do Estado e temos que pensar nisso. Dá exemplos da seca que estamos
105 vivendo e o pinus tem uma certa responsabilidade sobre isso, pois a medida em que é uma planta
106 exótica, altera o clima e interfere, também, na questão hídrica. Propõe aprofundar nessas
107 discussões e definir um zoneamento, e junto com esse zoneamento de pinus e eucalipto, estimular
108 o plantio de nativas, recuperação dos cursos d'água: nascentes, córregos, mata ciliar. Recomenda
109 a leitura com mais atenção dessa minuta, registrando a preocupação que essa é uma reivindicação
110 de muito tempo. Sr. Roberto Gava diz que a sistemática do uso de solo no Brasil e principalmente
111 no Paraná, está numa dependência muito forte do Zoneamento Ecológico Econômico. Cita
112 também, que existe um decreto federal determinando que o Brasil faça o seu ZEE, e no Paraná
113 também há uma norma de igual determinação do governo Estadual. Ainda, o Sr. Roberto Gava, diz
114 que o fato do pinus ser invasor ou ser potencialmente invasor, está fazendo o setor resolver este
115 problema ao definir, para todos que trabalham com essa espécie uma figura didática, para maior
116 facilidade de entendimento, cita que o pinus é um maravilhoso tigre verde cujos filhotes devem ficar
117 nas jaulas com os pais, ou seja: Quem planta pinus - e o setor necessita de plantar urgentemente,
118 pois o estoque de florestas plantadas no Paraná está diminuindo de uma forma assustadora, pois
119 não está se plantando na mesma velocidade em que se consome, portanto, o popularmente
120 conhecido apagão florestal já está sendo vivido pelo setor; há importação de pinus da Argentina,
121 salienta se não for tomada providência, será necessária a importação de papel higiênico, papel de
122 carta etc. Diz que é necessário o equilíbrio no plantio de pinus de acordo com toda a severidade
123 ambiental, realizando o controle, evitando que invada outras áreas. Assim, dentro desse enfoque
124 deve-se analisar a proposta, que objetiva o ordenar a atividade. O Sr. Rasca Rodrigues propõe que
125 na minuta, art. 7º, considere o Zoneamento Econômico e Ecológico para a atividade, e o mesmo
126 será aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, consolidando, a partir deste momento, o
127 zoneamento como indicador das áreas prioritárias para essa atividade. Acrescenta ainda, que em
128 relação ao pinus e eucalipto, hoje se busca a milhares de quilômetros daqui, na Argentina, pode-se
129 afastá-lo de forma muito significativa dos remanescentes florestais, acatando interesse ambiental e
130 ecológico. Destaca que não dá para ficar fiscalizando nota fiscal do transporte de pinus, enquanto
131 está sendo plantado em APP. Lembra que isso é uma discussão do setor. Entendendo não ser da
132 função do órgão ambiental analisar se tem origem ou não, o que cabe é saber onde ele está
133 plantado; se está trazendo ou não prejuízo à natureza. Infelizmente em muitas situações o pinus
134 tem avançado e de forma com que não atenda a legislação ambiental. Declara que se percebe é
135 que a floresta está co-habitando onde há impactos dela de forma negativa e não se deve pensar no
136 pinus na boca da serra. O pinus ou o eucalipto ou qualquer outra floresta deve ser plantada de
137 forma que atendam as exigências da legislação ambiental e possa ser produtivamente rentável.
138 Entendo que se pode vir de tão longe, pode ser cultivada em várias áreas do Estado e o
139 zoneamento vai indicar a melhor área para definir esta situação. Não cabe, neste momento,
140 estabelecer um debate em relação a isso, lembrando que todos estão de posse da proposta
141 definitiva onde o próprio CEMA tem proposta de correção e apresentará isso no debate e crê que
142 deve-se encaminhar ao item seguinte da pauta. O Sr. Rasca Rodrigues comunica que assinou a
143 resolução de nº 32/06, onde resolveu posicionar de forma definitiva sobre o decreto federal 750/93,
144 que diz em seu art. 1º: "Determinar que as autorizações florestais devam estar em consonância
145 com o Decreto 750/93 e demais dispositivos determinados pelo CONAMA e atos normativos de
146 proteção ao bioma Mata Atlântica". É uma resolução que estabelece uma maior penalização
147 econômica dos agressores ambiental, anteriormente adotada somente na faixa quase que litorânea
148 do Estado, pois abrangia o seu conceito como o estabelecido no mapa do IBGE de 1988 e não no
149 estabelecido no mapa do IBGE 2005 e o Estado do Paraná insistia discutir esse conceito de
150 floresta que vai daqui até União da Vitória ou General Carneiro ou até Foz do Iguaçu. Do ponto de
151 vista do Estado não interessa o conceito principalmente com relação a Mata Atlântica, o importante
152 ao Estado é que a floresta não caia de forma criminosa, devendo ser combatido e atuando mais
153 firme nessa relação, pois a floresta tem sido derrubada de forma criminosa por inescrupulosos, tem

154 caído por ação daqueles que têm realizado esta atividade com o espírito da predação do
155 patrimônio ambiental, até porque a floresta hoje tem um valor agregado, que motiva o furto e o
156 roubo. Comenta ainda, que a resolução define uma posição firme e cria a possibilidade de ser mais
157 duros na penalização econômica e criminal dessa atividade. Relata também, que vem trabalhando
158 junto ao Banco Mundial para propor um modelo de gestão implantado no Programa de Proteção da
159 Floresta Atlântica ao um Programa de Proteção das Florestas com Araucária, um modelo aonde
160 terá bases instaladas com alojamentos, criando uma companhia para Guarapuava, deslocando
161 policiais ambientais no fortalecimento de ações na proteção do bioma, também, da possibilidade de
162 um hangar em Guarapuava objetivando dar apoio às aeronaves do governo, dando a possibilidade
163 de realizar combate mais efetivo. O Sr. Rasca Rodrigues anunciou que o governador autorizou a
164 contratação de 75 homens para a policia ambiental, para atuarem nesse bioma, onde terá policiais
165 militares equipados e trabalhando na mesma sistemática realizada na Serra do Mar e região
166 litorânea, onde os últimos dados apresentados indicam a estabilização completa do desmate que
167 vinha ocorrendo nesta região, e segundo dados da ONG – SOS Mata Atlântica, o Paraná, dos
168 Estados do Sul, comparando os três estados, foi o Estado que mais conseguiu segurar a
169 devastação ambiental. Segundo a SOS Mata Atlântica a redução, em cinco anos, foi de 88% das
170 áreas que foram desflorestadas nos últimos cinco anos, queda significativa, demonstrando que o
171 Estado tem colocado seu efetivo em áreas com remanescentes florestais. No entender do próprio
172 Governo poder-se-ia ter avançado muito mais. Nesta perspectiva há interesse de ampliar as ações
173 da Floresta Atlântica, à região onde estão os remanescentes da araucária e trabalhar na
174 possibilidade de conceder incentivo ao agricultor que tenha araucária na sua propriedade
175 possibilitando de remunerá-lo com base na média da soja e do milho, evitando que possa ser
176 motivado por madeireiros, por falta de recursos na propriedade. São ações trabalhadas em
177 diversas pontas e possibilitando ter os remanescentes florestais para o equilíbrio ambiental do
178 Estado, mas que eles não possam representar um peso. A região proposta para os trabalhos
179 intensivos de fiscalização compreende o eixo Guarapuava a União da Vitória e o de Palmeiras a
180 Ponta Grossa, onde o remanescente florestal existe na propriedade, em média, tem muito mais de
181 20%, tem muito mais APP, e estes no passado poderiam ter sido aproveitados. Cita a existência
182 de um Paraná com remanescentes e um Paraná sem remanescentes, com agricultura ocupando
183 além dos 80%, chegando na beira do rio. Diz que para estes casos a SEMA/IAP estão trabalhando
184 na reposição da mata ciliar e chegando atualmente aos 50 milhões de árvores plantadas, obtidos
185 de 412 viveiros implantados no Estado. Relata que deixaram de produzir o pinus e o eucalipto, os
186 quais antes representavam 90% da produção até dezembro de 2002. Atualmente o pinus e o
187 eucalipto são produzidos pelo setor produtivo. A produção de 99% das mudas nativas é dos
188 viveiros do IAP. Todos os viveiros em parcerias com os municípios não há produção de exótica.
189 Ainda, destaca a existência de viveiros, em parceria, com penitenciárias, Rotary, APPAE,
190 SANEPAR, COPEL. Cita como exemplo, a ação realizada dentro de um grande programa com a
191 COPEL e TRACTIBEL em relação a arborização nas usinas. O Sr. Rasca Rodrigues relata que na
192 inauguração do viveiro em Ivaiporã - um viveiro completamente automatizado junto com a
193 cooperativa local - realizou uma exposição de como se dá o ciclo biológico, como essa floresta está
194 inserida dentro deste ciclo biológico e porque isso motiva a força do Estado na recuperação da
195 floresta ciliar inexistente na APP, e que o Deputado Federal Moacir Micheletto estava presente.
196 Cita que o Deputado entendeu o significado, houve um convencimento técnico em relação a isso,
197 entendendo que o que esta sendo realizado é necessário para a qualidade ambiental do Estado.
198 Comentou que o Deputado destacou: "Olha, você me convenceu, eu entendo porque vocês estão
199 colocando força nisso!". Destaca a necessidade de colocar uma floresta onde não tem mais e a
200 Secretaria de Agricultura vai trabalhar também, e trabalhar aonde tem a floresta, assegurando a
201 sua existência, e o Estado tem realizado com relativo sucesso, tendo a certeza de poder avançar
202 muito mais e vem trabalhando para que todos tenham condição de contribuir no processo. O Sr.
203 Rasca Rodrigues propõe, se não houver nenhuma posição contrária, que estabeleça a
204 convalidação dessa resolução e que na próxima semana estará sendo colocada em pauta. A Sra.

205 Laís Bacilla, recomenda que na próxima reunião tenhamos o pessoal da Engenharia Florestal,
206 fazendo uma recomendação especial neste sentido. O Instituto de Fomento e Ação Social no ano
207 passado fez um evento sobre o seqüestro de carbono. Cita que o jatobá já é motivo de pesquisa
208 porque seqüestra cinco vezes mais carbono do que outras plantas. Então, têm-se estudos bem
209 adiantados sobre espécie exótica e o seqüestro de carbono. Destaca o porquê nem neste
210 anteprojeto, como no projeto florestal nacional, não há proposição sobre pesquisa. Destaca a
211 sugestão de convidar os pesquisadores da Engenharia Florestal. O Sr Rasca Rodrigues diz que no
212 momento esta sendo elaborado o orçamento público, a ser votado até setembro e recomenda para
213 as universidades que proponham verbas para a questão de pesquisa, existindo a necessidade na
214 área florestal e mais pesquisas em laboratório, com a efetivação de um banco de biomas ou
215 genoma florestal. Sugere que haja discussão na questão da pesquisa florestal para a preservação
216 dessas novas espécies inclusive comerciais. O Sr. Rasca Rodrigues cita que percebe a diversidade
217 dentro do programa estadual com a possibilidade de adquirir em torno de dez milhões de
218 recipientes para transportar muda de um metro de altura, realizando um plantio como é feito no
219 Japão. Ressalta que no Japão o plantio é escalonado possibilitando ter competição, perceberam
220 que há uma certa redução do seqüestro do carbono quando está homogênea e em processo de
221 envelhecimento. Informa que a instituição está trabalhando com o Dr. Zanetti, observando: “Olha,
222 vocês ficam coletando gen de árvores de um metro, de dois metros de diâmetro, e olham ao lado,
223 onde está uma araucária toda feia, toda quebrada, mas é ela que representa o genoma e não as
224 primeiras!”. Ressalta que não podemos ter esse conceito de floresta só em cima daquela que é
225 vigorosa, se quisermos que tenha representatividade o genoma. O Sr. Rasca Rodrigues anuncia
226 que foi convocado pelo governador para fazer uma viagem, tento que se ausentar, mas indica o Sr.
227 Paulo Castella e o Diretor Geral Allan Jones para conduzirem a reunião e encaminharem as
228 propostas, lembrando da aprovação de realização de reunião extraordinária no dia 15 de agosto,
229 às 14h. A Sra. Laura Jesus de Moura e Costa, também anunciou a necessidade de se ausentar por
230 motivo de viagem a Vila Velha no Espírito Santo, para participar da Câmara Técnica do Conselho
231 Nacional de Recursos Hídricos. Destaca que a reunião da Câmara Técnica aconteceu junto com o
232 Encontro Nacional dos Comitês e Bacias Hidrográficas. Diz que na penúltima reunião do Conselho
233 foi protocolado um pedido para fazer uma discussão conjunta, a ser realizada em janeiro ou
234 fevereiro em Matinhos ou em outro município do litoral. E vemos que os problemas se acirram cada
235 vez mais. Comenta que esteve em Matinhos, e teve oportunidade de participar de uma reunião com
236 o vice-Governador e com Secretário Forte Neto, que as reivindicações, e as discussões continuam,
237 e cabe também ao CEMA discutir algumas questões. Na questão da orla, diz ter gravado vários
238 depoimentos, subsidiando a realização de um programa na tevê comunitária, puxando a discussão
239 e jogando para a população. O SR. Rasca Rodrigues destaca que não há tempo para discutir tudo
240 ao mesmo tempo. Diz que há um tema colocado pela SOS Bicho, propondo a inclusão da
241 discussão na próxima reunião relativo aos pombos de Londrina. Destaca a condição de discutir isso
242 hoje e tomar uma decisão, ponderando que é necessário trazer pessoas que estão envolvidas
243 nesse processo, para virem ao CEMA e dizerem sobre esse processo. Ainda, destaca que não há
244 tempo, que não temos como, de forma intempestiva, de fazer essa discussão hoje. Propõe em
245 chamar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Londrina; o IBAMA que está envolvido nesse
246 processo dizer como está esse procedimento. Destaca ainda em não acreditar que 40 mil aves
247 morram em uma semana. Diz que é pertinente que o Conselho se manifeste sobre isso. A Sra.
248 Rosana Vicente Gnipper destaca que estão sendo solicitados, enquanto entidade de proteção
249 animal, pelas entidades de proteção do Estado e de outros Estados, com relação ao abate de
250 pombos em Londrina anunciado essa semana pela Imprensa. Destaca que a situação é de
251 emergência, o abate já foi autorizado – algumas reuniões parece que já aconteceram inclusive com
252 o aval da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Ministério Público, surpreendendo a SOS
253 Bicho. Declara que encaminhou solicitação ao Ministério Público para a interrupção do
254 procedimento, para iniciar o debate fazendo ouvir as entidades de proteção animal, e os técnicos
255 sobre o assunto. Comenta que não adianta abater esses pombos agora se não há programas a

256 médio e longo prazo de controle populacional, é necessário instituir no Estado, exemplos como
257 realizado recentemente com o sacrifício do gado em situação da emergência que incomodou, e as
258 soluções são de alto custo, requer contratação de funcionários, exterminando para depois ver o
259 que fazer. Ressalta que não podemos instituir no Estado. Declara que irá encaminhar um ofício à
260 SEMA, ao Rasca enquanto Secretário, solicitando que parem tudo, e abram a discussão. Diz que o
261 Conselho não foi ouvido para tomar essa decisão, propondo a formação de um grupo de trabalho e
262 sejam ouvidas pessoas especializadas no assunto e aí sim, em consenso, tomar uma decisão. O
263 Sr. Paulo Roberto Castella recomenda a criação de Câmara temática temporária, para desenvolver
264 os trabalhos com uma certa urgência. Propõe que o IBAMA seja convidado; e devendo participar
265 ainda a: UEL; UFPR; IAP e Secretaria da Saúde e uma ONG. Solicita o teor do requerimento da
266 SOS Bicho, esclarecendo que a Câmara Temática, conforme regimento interno é composta de
267 cinco membros. Ainda, retorna à formação da Câmara Temática, propondo: IBAMA convidado; a
268 UEL e UFPR para prestar esclarecimento técnico. O Sr. Castella abre as discussões para a
269 formação da Câmara Temática a quem estiver disposto a participar, e aguarda as proposições dos
270 nomes. A Sra. Laís Bacilla Comenta que já houve outros abates indiscriminados e essa Câmara
271 poderia discutir outras questões, devendo aparecer outras situações que terá a responsabilidade
272 de discutir. Propondo quando acontecer outros abates a Câmara Temática volta a se reunir,
273 abrindo a discussão tecnicamente. O Sr. Alan diz que nada impede que seja feito, e coloca em
274 votação: seria uma Câmara Temática temporária ou permanente? Solicitada a opinião dos
275 Conselheiros se é o caso de ter uma Câmara temporária ou permanente, de acordo com a
276 realidade ou não da situação. O Sr. Hassan Sohn propõe que se vote por uma Câmara temporária,
277 pois é uma situação emergencial, não houve tempo de analisar a necessidade do funcionamento
278 de uma Câmara permanente. Comenta que é um assunto extremamente relevante, mas tudo que é
279 resolvido sem uma reflexão acaba sendo prejudicial. Finalmente defende a Câmara Temática
280 Temporária e que já na próxima reunião do CEMA seja apresentado relatório. O Sr. Alan Jones
281 dos Santos concorda com a proposta, e conforme regulamento a presidência tem o poder de
282 decidir, indicando Câmara Temática Temporária para tratar desse assunto específico com
283 apresentação de relatório na próxima reunião do CEMA. Solicita que os interessados se
284 manifestassem, objetivando compor Câmara. O Sr. Paulo Caramuru manifestou o desejo de
285 participar da Câmara, como entidade ambientalista. A Sra. Laura Jesus de Moura e Costa
286 (CEDEA) comenta que o Paulo é representante titular do Conselho e indica a S.O.S Bicho para
287 compor, considerando que é a entidade específica nessa questão, e integra, como suplente, no
288 Conselho. O Sr. Luiz Anselmo Tourinho (FAEP) manifesta o seu desejo em participar da Câmara
289 Temática. O Sr. Alan Jones dos Santos acata as manifestações e cita a composição da Câmara o
290 Sr. Paulo da ONG Caramuru e a FAEP, representada pelo Sr. Luiz Anselmo Tourinho. Acrescenta
291 que, dos membros natos fica a Secretaria da Saúde e da Agricultura, e a coordenação será do
292 Instituto Ambiental do Paraná, e o grupo terá até a próxima reunião para apresentar o relatório. O
293 Sr. Luiz Anselmo Tourinho destaca que seria na próxima reunião ordinária. Considera importante
294 que os municípios fossem convidados a participar dessa reunião, pois este problema não acontece
295 só em Londrina, envolvendo oito ou nove cidades da região norte do Estado. O Sr. Alan Jones dos
296 Santos acata a sugestão. Diz que como a próxima reunião ainda não está marcada, fica o prazo de
297 trinta dias para que este grupo apresente o relatório final. O Sr. Paulo Castella comenta que a
298 próxima reunião ordinária está prevista para setembro – considerando que a primeira deveria ter
299 sido em abril, depois agosto e novembro. Diz que há atraso nas reuniões ordinárias, sendo esta a
300 primeira reunião ordinária do ano. Deve-se ter urgência para colocar as reuniões em dia. O Sr. Alan
301 Jones dos Santos solicita ao relator do grupo que apresente relatório ao CEMA. O Sr. Paulo
302 Castella solicita a Sra. Rosana que descreva brevemente qual o objetivo desse ofício dirigido ao
303 Sr. Secretário. A Sra. Rosana Vicente Gnipper diz que solicitou a interrupção do procedimento já
304 definido de abate e convoque o segmento de proteção animal, bem como outros especialistas para
305 compor grupo de trabalho, objetivando definir medidas a curto, médio e longo prazo no controle da
306 população de pombos, não só em Londrina, mas em todo Estado, considerando um problema

307 comum a todas as cidades do Brasil e do mundo. O Sr. Paulo Castella considera que a primeira
308 parte já está contemplada. O Sr. Luiz Anselmo Tourinho pergunta aos membros quem leu a
309 Portaria do IBAMA que liberou o abate. A Sra. Rosana Vicente Gnipper comenta que é para as
310 pombas amargosas, destacando de estar falando da pomba doméstica (*Columba livia*),
311 estranhando a empolgação. O Sr. Luiz Anselmo Tourinho esclarece que pela Portaria do IBAMA é
312 muito mais difícil abater pombas do que mantê-las. Comenta que há um alto grau de exigências de
313 procedimentos a serem adotados para obtenção da licença. A Sra. Rosana Vicente Gnipper diz que
314 é necessário trazer para discussão uma outra questão e não o mais fácil. Ressalta que estamos
315 lidando com vidas, não importa qual vida seja, e preciso implantar uma mentalidade humanitária. O
316 Sr. Luiz Anselmo Tourinho ressalta que concorda. O Sr. Paulo Roberto Castella cita que será
317 realizada uma boa discussão na Câmara Temática. Coloca em discussão uma Câmara Temática
318 objetivando propor novas competências ao CEMA e outra Câmara Temática para controle de
319 espécies exóticas, destaca que a questão não é somente pinus, mas as demais espécies com
320 potencial invasor. Destaca a necessidade ter uma Câmara Temática que proponha normas de
321 controle e outros mecanismos para as espécies exóticas e invasoras, conforme determina acordos
322 internacionais em que o Brasil é signatário. Ainda, esclarece que o Paraná já tem seu programa de
323 controle de espécies exóticas nas Unidades de Conservação e entorno. A Sra. Laura Jesus de
324 Moura e Costa destaca que no final do ano passado houve uma oposição de um trabalho técnico
325 ao lado a Universidade, também, que o Sr. Tom viabilizou pela Liga Ambiental um projeto para o
326 controle de espécies de animais e vegetais, e propõe que a Liga Ambiental seja a titular nessa
327 Câmara, considerando que é de sua autoria a proposta e que outras entidades acompanhariam na
328 suplência. Informa que o assunto pinus e eucalipto, principalmente na bacia do Rio Ribeira há
329 interesse, pois está envolvida em uma campanha de revitalização do Rio Ribeira como patrimônio
330 nacional e da Humanidade e solicita o apoio de todos nesta campanha do Ribeira e pede licença
331 para se retirar. O Sr. Paulo Roberto Castella destaca que essa Câmara Temática será para
332 espécies exóticas e invasoras e deve-se esperar para ver a proposta da Liga Ambiental, e possa
333 defender, justificando a sua necessidade. Expressa ainda, que a Câmara Temática deverá ser
334 Permanente objetivando propor políticas de controle das espécies exóticas e invasoras. Propõe o
335 encaminhamento da criação ou não dessa Câmara Temática na próxima reunião Ordinária, e que
336 será distribuída a proposta da Liga Ambiental com a justificativa e com todas as considerações
337 pertinentes. Pergunta se mais alguém tem comentários em relação ao assunto. Informa que há
338 uma Câmara Temática criada pela resolução 43 de 2004, de janeiro de 2004, que trata da
339 alteração do Regimento Interno do CEMA. Tínhamos como membro dessa Câmara o IAP e um
340 representante das prefeituras. No caso do Instituto Ambiental do Paraná era o Sr. Rasca; pelos
341 municípios era o Sr. Espartano; o Sérgio G. de Lima pela Federação dos Trabalhadores em
342 Educação do Estado do Paraná; Euclides Grandó Junior pela Liga Ambiental; e o Luiz Anselmo
343 Tourinho pela FAEP; esses foram os membros designados para essa Câmara. Esclarece que
344 passado dois anos nada foi encaminhado definitivamente. Destacou a importância e a urgência
345 dessa Câmara Temática para o Secretário Rasca e Presidente do Conselho, havendo a
346 necessidade do retorno ao assunto na primeira reunião Ordinária. Informa ainda, que a Liga
347 Ambiental, considera muito preocupada com a questão, ontem encaminhou Ofício à SEMA e ao
348 Presidente do Conselho, solicitando a sua leitura durante a presente reunião e também, o relatório
349 substitutivo que apresentou ao Presidente do CEMA. Informa que o relatório técnico substitutivo
350 que cita a Liga Ambiental, propõe as competências e sugere composição. Esclarece que é
351 necessário ter uma nova resolução designando novos membros dessa comissão especial. Propõe
352 ainda, que deve ser definida a data, sugerindo trinta dias e solicita sugestões de quanto tempo,
353 recomendando o mais breve, para evitar o desgaste de retornar na mesma discussão. O Sr. Luiz
354 Anselmo Tourinho informa o histórico desta Câmara Temática, que muito pouco se reuniu devido
355 às atividades extras dos representantes desta Câmara Temática, esclarece que o relatório
356 apresentado pelo Secretário executivo foi elaborado e apresentado apenas pelo Sr. Tom Grandó,
357 sem anuência dos demais participantes da Câmara. Ainda, esclarece que este relatório foi para

358 todos os membros do Conselho, mas não tem validade nenhuma considerando a falta de discussão
359 na Câmara Temática. Ressalta que o Sr. Grando fez devido à demora em reunir essa Câmara e
360 adotar alguma decisão. Propõe como encaminhamento, que se mantenha esta Câmara Temática,
361 talvez com novos membros, mas que se mantenha porque a discussão com relação a atualização
362 desse Conselho e Regimento Interno é muito importante. Manifesta seu interesse em participar da
363 Câmara Temática. O Sr. Paulo Castella esclarece a todos que este relatório técnico da Liga
364 Ambiental é uma contribuição da Liga, se vai ser adotada ou não, depende da discussão nesta
365 Comissão Especial para o Regimento Interno. O Sr. Luiz Anselmo Tourinho comenta que quando o
366 Secretario executivo fala em substitutivo é entendido que vai substituir alguma coisa. Diz que, se é
367 uma contribuição, como foi falado desde o início, será acatada. O Sr. Paulo Castella esclarece que
368 leu literalmente o que estava escrito no documento apresentado pela Liga Ambiental, mantendo o
369 teor integral, entendendo que é muito mais uma contribuição do que alguma coisa técnica,
370 substitutiva. Esclarece que os membros irão receber o teor integral do documento, não haverá
371 mudanças por parte da Secretaria Executiva e nem do Presidente do Conselho. Destaca que o Sr.
372 Tourinho (FAEP) já se propôs a participar da Comissão Especial. O Sr. Hassan Sohn diz que,
373 considerando que as entidades componentes, não propriamente os conselheiros, mas as
374 entidades, propondo que haja uma recondução e se algum dos componentes quiser declinar que o
375 faça. Ainda, propõe que se prorogue a Câmara e reconduza os componentes que já estão com a
376 matéria estudada e poderão dar continuidade. O Sr. Paulo Castella passa a ler quais as instituições
377 relacionadas na resolução: municípios, FETEPAR - Federação dos Trabalhadores em Educação do
378 Estado do Paraná, devendo ser substituído considerando não ter mais a representação no
379 Conselho. A Liga Ambiental e a FAEP serão reconduzidos como membros titulares. Questiona ao
380 representante dos municípios do interesse em continuar na Comissão. A Sra. Gisele Petinelle
381 declara a sua intenção de permanecer na Comissão. O Sr. Jairo Corrêa de Almeida destaca que
382 havia na Câmara anterior a representação dos trabalhadores, que seria no caso a Federação dos
383 Trabalhadores na Educação, a FETAEP esta se propondo a assumir o lugar vago. O Sr. Paulo
384 Castella acatando o deliberado, no caso a Federação dos Trabalhadores na Agricultura e o IAP
385 seria substituído por um membro da SEMA. O Sr. Alan Jones dos Santos solicita sugestão de
386 quanto tempo seria necessário para que este assunto fosse debatido de forma a evitar mais dois
387 anos sem definição. Propõe noventa dias e solicita nova manifestação dos membros. Ficando
388 acordado noventa dias. Considerando vencido o tema passa aos assuntos gerais. Deixa a palavra
389 aberta aos membros. O Sr. Hassan Sohn solicita ao Sr. Presidente, se é apenas essas duas
390 Câmaras em andamento e se não há outras. O Sr. Paulo Castella esclarece que somente foram
391 colocadas essas duas Câmaras Temáticas em debate. Destacando que a Secretaria Executiva
392 esta estudando as demais Câmaras e de como conduzi-las e na próxima reunião ordinária serão
393 colocadas as demais Câmaras Técnicas, aquelas que estão vencidas. O Sr. Hassan Sohn ressalta
394 que em seu entendimento, estão sendo transferidas as discussões a respeito das Câmaras
395 Temáticas Permanentes e as que estavam em andamento e que foram interrompidas para a
396 próxima ordinária. O Sr. Paulo Castella confirma o entendimento. Esclarece que a proposta da
397 pauta era para discutir a questão do Regimento Interno da Câmara Técnica e era esperado o
398 comparecimento da Liga para definir a Câmara Temática das espécies exóticas. Ressalta que
399 conforme sejam retomadas as reuniões do Conselho, na pauta estarão os assuntos pendentes e
400 que no momento o mais adequado é dar posse aos novos conselheiros e retomar as pendências
401 com certa cautela, com propostas concretas no encaminhamento das Câmaras Temáticas. O Sr.
402 Hassan Sohn ressalta que frente ao pronunciamento inicial do senhor Rasca, onde afirmou que o
403 CEMA funcionasse mais proximamente da metodologia do CONAMA, concorda com a posição do
404 Sr. Presidente. Ainda, diz que o Conselho é um dos mais atuantes do Brasil – tenho visto exemplos
405 sofríveis em outros Estados, mas seria conveniente fazer um trabalho intensivo para tornar mais
406 produtiva a atuação dentro do Conselho. Pergunta da possibilidade de utilizar o site do Conselho
407 que fica dentro do site da SEMA e talvez até fosse interessante fazer uma chamada direta, da
408 mesma maneira que é utilizado o site do CONAMA, onde lá estão definidas todas as reuniões

409 ordinárias – com data prevista e tudo, e os documentos que vão sendo enviados para a Secretaria
410 vão ficando disponíveis a todos os interessados em especial para os conselheiros, e deixa como
411 sugestão se houver possibilidade técnica. O Sr. Paulo Castella destaca que a Câmara Temática
412 para discutir as novas competências do CEMA e novos membros do CEMA, foi justamente para
413 adequar ao mais próximo do CONAMA. Sendo a prioridade em colocar Câmara Técnica hoje em
414 discussão. O Sr. Hassan Sohn questiona do site e a possibilidade de implementar. O Sr. Paulo
415 Castella afirma que é possível sim e já está sendo elaborado. O Sr. Roberto Gava declara que é a
416 terceira vez que passa por esse Conselho e tem aqui algumas pessoas, como a Dra. Ana Graf que
417 também participa a tempo, e ajuda muito este Conselho, e que em uma das gestões muito se
418 discutiu sobre o fechamento com espécies exóticas das barragens e lagoas do Estado do Paraná,
419 porem sem chegar a nenhuma conclusão concreta. Recordou que a Universidade de Maringá veio
420 aqui e fez uma bela exposição e defendeu por três ou quatro vezes a necessidade de uma
421 normatização a respeito disso, porque é comum uma bela e grande represa particular de repente,
422 por ocasião de uma chuvarada na região a mesma estoura, deixando ir para os rios uma fauna
423 exótica e que, segundo a Universidade de Maringá, tem criado sérios problemas de desequilíbrio
424 da fauna aquática. Pergunta se já temos alguma decisão desse Conselho sobre os problemas
425 discutidos com a Universidade de Maringá. Propõe que, se for possível, em algum momento,
426 ressuscitar esse assunto. O Sr. Martinho M. da Silva diz que na barragem de Salto Osório, que
427 passa na Br em direção ao Sudoeste do Paraná, próximo a Candiói, tem observado, com tristeza,
428 aquela seca, pois o pessoal está utilizando o rio apenas para produzir energia elétrica e não se
429 importando com o meio ambiente, fato que traz um impacto negativo. Pede para deixar registrado o
430 questionamento da competência do Conselho em intervir na quantidade de água utilizada pela
431 barragem, porque, com certeza, se produzir menos energia dá para manter o lago mais cheio, e
432 não como único objetivo de produzir energia, fazendo com que a água esteja sumindo e deixando
433 seu rastro de seca e de tristeza, está ficando um deserto. O Sr. Paulo Roberto Castella ressalta
434 que a questão das espécies exóticas será tratada pela Câmara Temática acordada nesta reunião.
435 Destaca que a discussão de espécies exóticas não é somente florestas e estariam incluídos os
436 peixes. O Sr. Alan:- Solicita a confirmação da composição das Câmaras Temáticas que ficaram
437 estabelecidas, as coordenações e os relatores. O Sr. Paulo Roberto Castella informa que a
438 composição da Câmara Temática sobre abate das pombas são os membros: o Caramuru; a FAEP;
439 o IAP como coordenador; a Saúde e a SEAB; e da Comissão Especial para a proposição de novas
440 competências e composição do Conselho ficou a SEMA como coordenadora; a Gisele
441 representando os municípios; a FETAEP e a Liga Ambiental. Essa última Comissão Especial para
442 as competências cujo prazo estabelecido foi de 90 dias e outro de 30 dias. O Sr. Alan diz que o
443 coordenador já tem a função de relator, e questiona se realmente a SEMA será a coordenadora da
444 Comissão Especial. O Sr. Paulo Roberto Castella confirma que a SEMA será a coordenadora da
445 Comissão. O Presidente do CEMA declara que nada mais havendo a tratar, agradece as presenças
446 e dá por encerrada esta reunião. Eu, PAULO ROBERTO CASTELLA, Secretário Executivo do
447 Conselho Estadual do Meio Ambiente, elaborei a presente ata, aos oito dias do mês de agosto de
448 2006.